



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 95

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 13 de julho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.) que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Ordem	Disposição a que se refere
1	Do item 2 do art. 2º as palavras: ... a cargo do Tesouro Nacional".
2	Do item 5 do art. 2º a palavra "normativas".
3	Do § 2º do art. 2º as palavras: "... do seu encaminhamento ao Ministro..."
4	Do art. 3º as alíneas "l", "m", "n", "o", "p", "q" e "r".
5	Do art. 3º as alíneas "l", "m", "n", "o", "p", "q", "r", "s" e "t".
6	Do § 1º do mesmo artigo a referência a essas alíneas.
7	Parágrafo único do art. 10 (totalidade).
8	Do § 1º do art. 3º as palavras "podendo ser reconduzidos".
9	§ 3º do art. 3º (totalidade).
10	Art. 4º e seu parágrafo (totalidade).
11	Do art. 8º as palavras: "que afetem substancialmente a segurança nacional".
12	Item III do art. 11º "Departamento Jurídico".
13	§ 2º do art. 12 (totalidade).
14	Parágrafo único do art. 11. (totalidade).
15	Do art. 13 a palavra "três".

SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de julho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º — ao Projeto de Lei nº 2.661-B-61 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium do Estado de Minas Gerais (veto total);
- 2º — ao Projeto de Lei nº 2.569-C-61, na Câmara e nº 6-64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências (veto total);
- 3º — ao Projeto de Lei nº 2.570-C-61, na Câmara e nº 126-64 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia e dá outras providências (veto total);
- 4º — ao Projeto de Lei nº 333-B-63 na Câmara e nº 173-64 no Senado, que isenta o Instituto de Previdência do Estado de Pernambuco de impostos e taxas que incidam ou venham a incidir na compra das ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S.A.", situada à rua do Sal nº 143, em Recife (veto total);

- 5º — ao Projeto de Lei nº 2.158-E-64, na Câmara, e nº 297-64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo (veto total);
- 6º — ao Projeto de Lei nº 2.754-A-65 na Câmara e nº 76-65 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências (veto total);
- 7º — ao Projeto de Lei nº 2.360-B-64 na Câmara e nº 271-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto do consumo e dá outras providências (veto parcial).

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Nº	Veto	Materia a que se refere
		<b>Primeiro Veto</b>
1	1º	Totalidade do projeto.
		<b>Segundo Veto</b>
2	2º	Totalidade do projeto.
		<b>Terceiro Veto</b>
3	3º	Totalidade do projeto.
4	4º	Totalidade do projeto.
		<b>Quinto Veto</b>
5	5º	Totalidade do projeto.
		<b>Sexto Veto</b>
6	6º	Totalidade do projeto.
		<b>Sétimo Veto</b>
7	7º	§ 1º do art. 6º (totalidade).
8	7º	Inciso XXIV do art. 7º.
		Posição 84.41 da Tabela as palavras: "exceto máquinas de costura de uso doméstico e respectivos móveis".
9	7º	Parte final do § 3º do art. 114, a começar das palavras "os quais".
10	7º	Art. 124 (totalidade).
11	7º	Posição 40.01 da tabela.

SESSÃO CONJUNTA

Em 15 de julho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-64 na Câmara e nº 223-64 no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Ordem	Materia a que se refere
1	Do art. 7º as palavras: "... que não poderá exceder de quinze hectares" "... e de cinquenta hectares nos rios perenes

Do art. 8º as palavras:

"... mediante arrendamento..."

§§ 1º, 2º e 3º do art. 8º (totalidade).

Art. 9º e seu parágrafo (totalidade).

Art. 10 e seu parágrafo (totalidade).

Art. 11 (totalidade).

Art. 16 as palavras: "arrendatário ou".

Art. 18 (totalidade);

Art. 19 (totalidade);

Art. 21 (totalidade).

Do art. 22 as palavras: "da comunhão do arrendamento ou"

Alínea a do art. 32 (totalidade).

Do art. 13 as palavras: "de igual valor, acrescida de juros de 6% ao ano, contados de acordo com a Tabela Price".

Art. 14 e seu parágrafo (totalidade).

Art. 17 (totalidade).

§ 1º do art. 26 (totalidade).

§ 2º do art. 26 (totalidade).

§ 3º do art. 26 (totalidade).

§ 4º do art. 26 (totalidade).

Art. 27 (totalidade).

Art. 28 e seus parágrafos (totalidade).

Do art. 32 (caput) as palavras: "em cada órgão executor".

Do § 1º do art. 32 as palavras:

"pelo respectivo órgão executor".

Do § 2º do art. 34 as palavras:

"independentemente de prestação de contas ao Tesouro Nacional".

Do art. 37 as palavras: "no Nordeste".

Do art. 37 a palavra "demais".

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 70, § 3º, da Constituição e no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum e tendo em vista que numerosos vetos presidenciais pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, alguns transferidos de datas anteriormente marcadas e outros recentemente recebidos, resolve:

a) convocar sessões conjuntas para os dias 1, 6, 7, 13, 14, 15, 20 e 21 de julho próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

b) dar a essas sessões e às já convocadas para os dias 9, 10, 15, 16, 22, 23 e 30 de junho a destinação constante da relação anexa.

Senado Federal, 8 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

#### Convocação de sessão conjunta para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 22 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, sem prejuízo da matéria para ela já anunciada, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65, na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 20 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) e

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.754-A-65 na Câmara e nº 75-65 no Senado, que fixa novos valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.

Senado Federal, 23 de junho de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22 e 27 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 27 de julho:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.663-D/65 na Câmara e nº 53/65 no Senado, que altera dispositivos da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.703-B/65 na Câmara e nº 62/65 no Senado, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio, com o Governo do Brasil;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.187-B/62 na Câmara e nº 123/64 no Senado, que acrescenta mais um parágrafo ao artigo 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 13-1-1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro.

Senado Federal, 15 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRECTOR-GERAL

ALBERTO DE ERITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

#### FUNCIONARIOS

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,	Semestre .....	Cr\$ 39
Ano .....	Cr\$ 96	Ano .....	Cr\$ 76,
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 134	Ano .....	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

#### Convocação de sessão conjunta para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional, para em sessão conjunta a realizar-se no dia 28 de julho do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

— veto (parcial) ao projeto de lei nº 2.640-E-65, na Câmara, e número 35-65, no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65, na Câmara, e número 46-65, no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.291-F-61, na Câmara, e número 281-64, no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

Senado Federal, 22 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

#### Vetos presidenciais a serem apreciados no período de 1 a 28 de julho de 1967

Dia 13 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei nº 2.360-64, na Câmara e nº 271-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Renditas Internas (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 14 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei nº 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial, em conclusão).

Dias 15 e 20 de julho às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei nº 2.322-64, na Câmara e nº 247-64, no Senado, que disciplina as desapropriações para as obras de combate às secas do Nordeste (veto parcial).

Dia 21 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60, na Câmara e nº 153-64, no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara, pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 926-56, na Câmara e nº 139-62, no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 617-B-62, na Câmara e nº 109-63, no Senado, que concede isenção de imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);

— Ao Projeto de Lei nº 2.237-B-60, na Câmara e nº 1-64, no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total);

— Ao Projeto de Lei nº 362-B-64, na Câmara e nº 279-64, no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 3.364-B-61, na Câmara e nº 116-63, no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos arts. 121, § 3º e 129, § 6º, do Código Penal (veto parcial).

Na 22 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei nº 1.108-C-62 na Câmara e nº 9-65, no Senado, que disciplina o pagamento das quotas dos impostos de renda e de consumo aos Municípios (veto total);

— Ao Projeto de Lei nº 2.534-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1951, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 75-65, na Câmara e nº 2.754-A-65 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências (veto total);

— Ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 72-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30-4-64 (Código de Vencimentos dos Militares) (veto parcial).

Na 27 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei nº 2.683-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 2.703-B-65 na Câmara e nº 62-65 no Senado, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedagios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil (veto parcial);

Na 28 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei nº 4.187-62 na Câmara e nº 123-64 no Senado, que altera os dispositivos do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942 (que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro) (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 2.650-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidades lucrativas, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 281-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial).

#### Convenção de sessão conjunta para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 3 de agosto do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.815-B-62, na Câmara dos Deputados e nº 170-64 no Senado Federal que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinado a atender às despesas com o financiamento previsto na Lei nº 2.321, de 11 de setembro de 1954;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.701-D-65, na Câmara dos Deputados e nº 57-65, no Senado Federal que estende aos remanescentes da reformada da extinta Polícia Militar do Antigo Território do Acre as disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que institui o novo Código de Vencimento dos Militares;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 313-B-63, na Câmara dos Deputados e nº 71-64, no Senado Federal, que dá nova redação à alínea c do art. 15, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, estabelecendo prazo trimestral para fixação dos preços de compra da borracha;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.738-B-65, na Câmara dos Deputados e nº 63-65, no Senado Federal que cria o Quadro de Faltosos da Armada e dá outras providências.

Senado Federal, em 2 de julho de 1965.

Ass: Maria Amélia  
Presidente

#### COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1965 (PLC nº 2.754-A, de 1965, na Câmara) que "fixa os valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências".*

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 1965

As 10 horas, do dia 8 de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira, Milton Menezes, Aurélio Vianna e os Senhores Deputados Nelson Carneiro, Oseas Cardoso e Argilano Dário, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1965 (PLC número 2.754-A, de 1965, na Câmara) que "fixa os valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências".

Em obediência ao preceito Regimento assume a Presidência o Senhor Nelson Carneiro que, declarando instalada a Comissão Mista, determina-se seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de sorteio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 31 do Regimento Interno, para tanto designando o relator o Senhor Deputado Oseas Cardoso.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Nelson Carneiro — 5 votos  
Senador Milton Menezes — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Deputado Argilano Dário — 5 votos  
Deputado Oseas Cardoso — 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Sr. Senador Lobão da Silveira Relator da matéria prescripua à Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando-se, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM NOVE DE JULHO DE 1965

As 16 horas, do dia nove de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Nelson Carneiro, Presidente, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira, Milton Menezes e Aurélio Vianna e os Senhores Deputados Oseas Cardoso e Argilano Dário, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1965, (PLC nº 2.754-A, de 1965, na Câmara) que "fixa os valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências".

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lobão da Silveira que, na qualidade de Relator, teve considerações consubstanciadas em relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões pelas quais se fundamenta o Sr. Presidente da República para o uso de sua atribuição constitucional, após o Veto ao projeto em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando-se, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### RELATÓRIO

Nº 62, de 1955

Da Comissão Mista, encarregada de apreciar o Veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1965 (Número 2.754-A-65, na Câmara), que fixa novos valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

O Sr. Presidente da República, pela Mensagem nº 431, de 31 de junho de 1965, comunicou que, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, rejeitou o Projeto de Lei da Câmara nº 2.754-A, de 1965 (no Senado, nº 75-65), que fixa novos valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.

#### ORIGEM DO PROJETO

O projeto, totalmente vetado, foi apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ao acolher parcialmente o anteprojeto encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente do Tribunal Regional da 1ª Região, através da Mensagem nº 9, de 9 de novembro de 1964.

Justificando as medidas contidas na proposição, a Mensagem do Presidente daquele Tribunal declarou que, em decorrência da lei que concedeu aumento de vencimentos aos funcionários civis do Poder Executivo e de Resolução da Câmara Federal que fixou novos níveis de vencimentos para os servidores de sua Secretaria, "é de inteira justiça o reajuste dos vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional da 1ª Região aos novos níveis salariais em vigor para o funcionalismo civil da União".

#### TRAMITAÇÃO DO PROJETO

Na Câmara dos Deputados, além da Comissão de Constituição e Justiça, que o apresentou, apresentaram o projeto: 1) a Comissão de Orçamento, que ofereceu emenda relativa a crédito especial proposto; 2) a Comissão de Fiscalização Financeira, que apresentou substitutivo, o qual visa a constituir o texto atual da proposição vetada; e 3) da Comissão de Finanças, que submetendo aquele substitutivo através de três emendas.

No Senado Federal, a Comissão de Serviço Público Civil opinou pela aprovação do projeto, tendo em vista que as medidas nele inseridas estão em conformidade com a sistemática vigente para os demais órgãos judiciais".

Por sua vez, a Comissão de Finanças, "comprovada a necessidade das providências consubstanciadas no projeto", opinou, igualmente, pela sua aprovação.

#### O VETO E SUAS RAZÕES

Por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais, o Chefe do Poder Executivo negou aprovação ao Projeto em face das seguintes razões:

"O projeto em apelo, ao fixar novos níveis de vencimentos para os funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, não tem fundamento legal, pois a fixação dos vencimentos é atribuição exclusiva do Poder Executivo, nos termos do art. 70, § 1º, da Constituição Federal".

Região, contraria o disposto no art. 5º do Ato Institucional, por acarretar aumento de despesas sem a iniciativa do Poder Executivo.

Por outro lado, cria o projeto novos ônus para o erário, num momento em que se envidam todos os esforços para a contação dos gastos governamentais, além de estabelecer padrões de vencimentos incompatíveis com os princípios de administração de pessoal, colocando tais servidores em superioridade de tratamento em relação aos funcionários do Poder Executivo".

#### CONCLUSÃO

O veto em exame foi aposto dentro do prazo estabelecido na Constituição Federal, tendo sido invocados, para esse ato, os motivos previstos nesta mesma Carta Magna.

Ao Congresso Nacional, em face do exposto, caberá apreciar o presente veto do Sr. Presidente da República.

Sala das Comissões, em 9 de julho de 1965. — Nelson Carneiro, Presidente — Lobão da Silveira, Relator — Aurélio Vianna — Oscar Cardoso.

#### COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1965 (PLC número 2.640, de 1965 na Câmara), que "dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências".

1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 1965

As 12 horas do dia oito de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Guido Mondin, José Ermírio e Mem de Sá e os Srs. Deputados Celestino Filho, Manso Cabral e Alde Sampaio, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1965 (nº 2.640, de 1965 — na Câmara) que "dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências".

Em obediência ao preceito regimental assume a Presidência o Sr. Senador Guido Mondin que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Alde Sampaio.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Guido Mondin — 5 votos.  
Deputado Manso Cabral — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Deputado Celestino Filho — 5 votos.  
Deputado Alde Sampaio — 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Senhor Senador José Ermírio Relator da matéria precípua à Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 1965

As 19 horas do dia nove de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Guido Mondin, Presidente, presentes os Srs. Senadores José Ermírio e Mem de Sá e os Srs. Deputados Celestino Filho,

Manso Cabral e Alde Sampaio, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1965 (PLC nº 2.640, de 1965 — na Câmara) que "dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências".

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Ermírio que, na qualidade de Relator tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra o Senhor Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### RELATÓRIO

Nº 64, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1965 (na Câmara nº 2.640-B), que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

Relator: Sr. José Ermírio

O Sr. Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais, vetou o Art. 7º do projeto de lei da Câmara nº 35, de 1965 (na Câmara nº 2.640-B), que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

A proposição, é de origem do Poder Executivo, pois que ao Congresso Nacional foi remetida pela Mensagem nº 39, de 15 de março do exercício em curso, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, na qual a matéria foi circunstanciadamente justificada.

O Art. 7º, objeto do veto presidencial, estava originalmente assim redigido:

"Art. 7º A cobertura do seguro será concedida em cruzeiros ou em moeda estrangeira, conforme as condições de financiamento ou da negociação ou do repasse do financiamento exigirem".

#### RAZÕES DO VETO

O dispositivo em questão foi alterado pela Câmara dos Deputados e a alteração mantida pelo Senado. Segundo a mesma, a cobertura do seguro a que o projeto se refere ficou cingida a pagamento em cruzeiros, eliminando-se, assim, a alternativa prevista na redação original, de ser também concedida em moeda estrangeira, conforme as condições de financiamento ou da negociação ou de repasse do financiamento, se a exigissem.

Suprimiu-se, também, o Parágrafo Único do referido dispositivo, uma vez que o mesmo dizia respeito à alternativa que foi eliminada.

Nessas condições, o Art. 7º foi à sanção assim redigido:

"Art. 7º A cobertura de seguro será concedida em cruzeiros".

O Sr. Presidente da República, apoiando-se no interesse nacional, que invocou, apresentou as seguintes razões do veto, as quais, como poderá verificar-se, giram justamente em torno da importância da alternativa

proposta pelo Executivo de ser possível dar-se cobertura, também, em moeda estrangeira.

As razões do Sr. Presidente da República são as seguintes:

Mantido o artigo sem a ressalva de também ser feita em moeda estrangeira a cobertura de seguro, ficaria consideravelmente enfraquecida a garantia que a Lei pretende assegurar ao exportador brasileiro, para dar-lhe condições de competir no mercado internacional, notadamente no que diz respeito à conquista de mercados de Países novos e com suas estruturas ainda em fase de consolidação.

Com efeito, as responsabilidades assumidas pelos exportadores — no caso dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários a que se refere o artigo segundo do projeto — são responsabilidades que se tornam efetivas na moeda estabelecida nos respectivos contratos de exportação. Em consequência, excluir a possibilidade de cobrir o seguro de tais responsabilidades, na moe-

da em que se efetivam, equivale a sobrecarregar o exportador com riscos eventuais de câmbio que poderão desalentá-lo de promover precisamente as exportações que o projeto quer estimular, ou seja, a de produtos industriais, com maior índice de elaboração técnica, geralmente vendidos a prazo médio e longo.

A eliminação do artigo sétimo do projeto tornará possível o seguro na moeda em que forem exportados tais produtos, ficando a matéria regulada pela Legislação específica cambial e monetária.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Comissão Mista dá por encerrado o seu relatório sobre o veto parcial do Sr. Presidente da República ao projeto mencionado, a expectativa de haver oferecido aos Srs. Congressistas os elementos necessários à apreciação da matéria.

Sala das Comissões, em 9 de julho de 1965. — Guido Mondin, Presidente — José Ermírio, Relator — Mem de Sá — Celestino Filho.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1965

Dispõe sobre a criação da Diretoria do Patrimônio e sua estrutura administrativa.

Art. 1º É criada a Diretoria do Patrimônio, integrando a Divisão dos Serviços Administrativos, com a incumbência de promover o controle, registro e conservação dos bens patrimoniais do Senado, bem como organizar o seu processamento de aquisição e utilização.

§ 1º São órgãos da Diretoria do Patrimônio:

- I — Administração do Edifício (art. 36, da Resolução nº 6-60).
- II — Almoxarifado (art. 27, parágrafo único, da Resolução nº 6-60).
- III — Seção de Controle e Tombamento de Bens.
- IV — Seção de Aquisição de Material.

§ 2º A Seção de Controle e Tombamento de Bens compete:

- a) Manter cadastro dos bens patrimoniais do Senado;
- b) realizar tombamento periódico dos bens do Senado;
- c) informar processos relativos a assuntos da Diretoria do Patrimônio;
- d) processar e encaminhar ao Diretor do Patrimônio qualquer requerimento, recurso ou consulta dos funcionários lotados na Diretoria;
- e) organizar e manter fichários de arrolamentos de bens;
- f) manter, em colaboração com o almoxarifado, registro do estoque de material, e
- g) preparar os demais atos administrativos necessários ao funcionamento da Diretoria do Patrimônio.

§ 3º A Seção de Aquisição de Material compete fiscalizar e organizar os processos de aquisição de material, nos termos de instrução da Comissão Diretora.

Art. 2º São criados, integrando o Quadro de Pessoal, da Secretaria do Senado a que se refere o art. 8º da Resolução nº 6, de 1960, os seguintes cargos e funções gratificadas:

Número de cargos	DISCRIMINAÇÃO	Símbolos
I — Isolados de provimento efetivo		
1	Diretor .....	PL-7
1	Engenheiro .....	PL-6
1	Superintendente de Equipamento Eletrônico .....	PL-5
1	Operador e Eletricista da Usina Geradora .....	PL-7
II — Funções Gratificadas		
2	Chefes de Seção .....	FG-3

Art. 3º Fica suprimido no Quadro de Pessoal da Secretaria do Senado um cargo de Supervisor de Equipamento Eletrônico, PL-6.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, no Senado Federal, 9 de julho de 1965.

Senado Federal, em 9 de julho de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA  
Vice-Presidente no exercício da Presidência



# ATA DA 98ª SESSÃO, EM 9 DE JULHO DE 1965

## 3ª Sessão Legislativa, da 5ª. Legislatura

### PRESIDÊNCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E CATTETE PINHEIRO:

As 17.30 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Zacharias de Assumpção.  
Cattete Pinheiro.  
Lobão da Silveira.  
Joaquim Parente.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
José Bezerra.  
Argemiro de Figueiredo.  
Ermirio de Moraes.  
Hermann Torres.  
Heribaldo Vieira.  
Gilberto Marinho.  
Nogueira da Gama.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Guido Mondim (18).

### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE

Mensagens — De 6 do mês em curso, do Sr. Presidente da República, de restituição de autógrafos referentes a proposições legislativas sancionadas:

Mensagem nº 254-65 (nº de origem 490, de 6-7-65)

Projeto de Lei nº 48-65 (nº 2.329-B de 1964, na Câmara dos Deputados) — que dá a denominação de "Usina Governador Jorge Lacerda" à usina termelétrica de Capivari-Tubarão, Estado de Santa Catarina, construída pela SOTELCA — que se transformou na Lei nº 4.713, de 6-7-65;

Mensagem nº 255-65 (nº de origem 491, de 6-7-65)

Projeto de Lei nº 114-65 (nº 2.794-B de 1965, na Câmara dos Deputados) — que eleva a pensão especial concedida aos herdeiros de Clóvis Baviacqua — que se transformou na Lei nº 4.719, de 6-7-65.

Comunicações do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados sobre o pronunciamento daquela Casa em relação a proposições do Senado

Ofício nº 1.760, de 5 do mês em curso — Sobre a aprovação do artigo 1º, itens I, II, III e IV do Substitutivo do Senado e a rejeição das demais emendas ao Projeto de Lei número 100-65 (nº 2.748-D-65, na Câmara), que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências;

Ofício nº 1.764, de 5 do mês em curso — Sobre a rejeição da emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 32-65 (nº 2.740-E-65, na Câmara) que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências;

Ofício nº 1.765, de 5 do mês em curso — Sobre a aprovação das emendas do Senado de ns. 1 a 4, 5 (item I, 7, 9, 13 (itens I, II e III), 14 a 17, 18 (§ 5º, itens I e II), 20, 21, 22, 24, 26, 27, 29, 30, 32 a 36, 38 a 44 e 46 e a rejeição das demais (de ns. 5, item II, 6, 8, 10, 11, 12, 13 "caput" 13, item II, 19, 23, 25, 28, 31, 37, 45 e 47) ao Projeto de Lei nº 116-65 (número 2.743-D, de 1965, na Câmara) — Lei Orgânica dos Partidos.

Ofício nº 1.770, de 5 do mês em curso — Sobre a aprovação das emendas do Senado de ns. 1, 2, 5, 7, 8, 9, 15, 16 ("caput") e a rejeição das demais (números 3, 4, 6, 10 a 14, 16 (§§ 1º e 2º),

e 17 a 20 ao Projeto de Lei nº 96-65 (nº 2.661-D-65, na Câmara) que dispõe sobre os serviços do registro de comércio e atividades afins e dá outras providências;

Ofício nº 1.768, de 5 do mês em curso, sobre a aprovação das emendas do Senado de ns. 1 a 14, 16 a 47, § 1º da emenda nº 48, e 49 a 57 e a rejeição da emenda nº 15 e o § 2º da de nº 48, ao Projeto de Lei nº 104-65 (nº 2.732-D-65, na Câmara) que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento;

Ofício nº 1.772, de 7 do mês em curso, sobre a aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 97-65 (nº 2.730-E-65, na Câmara) que altera o art. 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1965, que "autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências";

Ofício nº 1.774, de 7 do mês em curso, sobre a aprovação das emendas do Senado de ns. 1, 2 e 4 a 13 e a rejeição das de ns. 3 e 13 do Projeto de Lei nº 115-65 (nº 2.750-D-65, na Câmara) que dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências;

Ofício nº 1.776, de 7 do mês em curso, sobre a aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 108, de 1965 (nº 2.753-D-65, na Câmara) que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências;

Ofício nº 1.778, de 7 do mês em curso, sobre a aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 107, de 1965 (nº 2.755-D-65, na Câmara) que dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências.

### OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado os seguintes projetos:

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 131, de 1965

(Nº 2.899-B, DE 1965 NA ORIGEM) Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As Universidades e as Escolas Técnicas, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.

Parágrafo único. As escolas e faculdades integrantes das Universidades Federais serão denominadas com a designação específica de sua especialidade, seguida do nome da Universidade.

Art. 2º. Se a sede da universidade ou da escola técnica federal for em uma cidade que não a capital do Estado, será qualificada de federal e terá a denominação da respectiva cidade.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 132, de 1965

(Nº 2.903-B, DE 1965; NA ORIGEM) Relatou vários dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As alíneas a e e do artigo 45, a alínea c do artigo 47, a b do artigo 50, o § 1º do artigo 60 e o artigo 67 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de

1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 — .....

a) não se apresentar nos prazos previstos no artigo 13 e seu parágrafo único.

c) na qualidade de reservista, deixar de cumprir a obrigação constante nas alíneas c e d do artigo 63.

Art. 47 .....

c) na qualidade de reservista, deixar de cumprir o disposto na letra a do artigo 65.

Art. 50 — .....

b) os responsáveis pela inobservância de qualquer das prescrições do artigo 74 da presente lei.

Art. 60 .....

§ 1º. Esses convocados, durante o tempo em que estiverem incorporados a organizações militares da ativa os matriculados em órgãos de formação de Reserva, nenhuma remuneração, vencimento ou salário receberão das organizações a que pertenciam.

Art. 67. As autoridades ou os responsáveis pelas repartições incumbidas da fiscalização do exercício profissional não poderão conceder a carteira profissional nem registrar diplomas de profissões liberais a brasileiros, sem que estes apresentem, previamente prova de que estão em dia com as obrigações militares, obedecendo o disposto nos artigos 74 e 75 desta Lei".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 133, de 1965

(Nº 2.903-B, DE 1965; NA ORIGEM)

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 250.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para atender a despesas com o Território Federal do Amapá, referentes a exercícios anteriores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas do Território Federal do Amapá, referentes a exercícios anteriores.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 134, de 1965

(Nº 2.901-B, DE 1965; NA ORIGEM)

Dispõe sobre a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Para efeito de cobrança do imposto sindical dos empregadores rurais não organizados sob a forma de sociedade com capital registrado, entender-se-á, como capital e do imóvel explorado, aplicando-se sobre este as

percentagens da tabela progressiva de que trata o art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e modificada pelo artigo 1º da Lei nº 4.120, de 21 de setembro de 1962, ressalvado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.539, de 11 de dezembro de 1964.

Art. 2º. Os empregadores rurais nas condições do artigo anterior poderão recolher o imposto ainda do corrente exercício, sem multa, até 60 (sessenta) dias após a vigência desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

A Comissão de Projetos do Executivo e de Finanças.

## PARECERES

Ns. 894, 895 e 896, de 1965

Nº 894, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1964 que dispõe sobre o financiamento das prefeituras de orçamento limitado, pelos estabelecimentos de crédito oficial, para aplicação em equipamento rodoviário.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou pelo arquivamento do projeto da lei do Senado nº 81, de 1964, no parecer nº 301, de 1965.

A Comissão de Finanças opinou pela rejeição do projeto, mas a Comissão de Economia lhe deu favorável pronunciamento (pareceres ns. 303 e 302).

No plenário. — Senadores Antonio Carlos e Vasconcelos Torres apresentaram emenda ao projeto, dando a seguinte redação ao artigo 1º:

Art. 1º. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, destinado atualmente, de por cento (10%) de seu orçamento de investimento ao financiamento de máquinas rodoviárias às Prefeituras Municipais de arrecadação anual igual ou inferior a cem e cinquenta milhões de cruzeiros ... (Cr\$ 150.000.000).

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico informa que não poderá reter 10% do seu orçamento de investimento para os financiamentos às Prefeituras Municipais, porque todas as suas disponibilidades estão comprometidas com o programa de derrogatório nacional, sob pena de estabelecer a pulverização de recursos financeiros, sem o atendimento adequado e integral dos programas tratados e conveniados.

É certo que os propósitos dislurbrados no projeto são elevados e lógicos, mas devem ser alcançados por outras vias, não se podendo fixar as intenções de política creditícia e desenvolvimento, em textos legais rígidos.

Daí por que, não obstante constitucional e jurídica a emenda, a Comissão opina por sua rejeição, por inconveniente e inexecutável, como forma o Banco interessado.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1965. — Aloysio de Carvalho, Presidente eventual. — Jefferson Aguiar, Relator. — Bezerra Neto, Menezes Pimentel. — Argemiro de Figueiredo.

Nº 895, DE 1965

Da Comissão de Economia: bre emenda ao projeto de Lei nº 81, de 1964,

Relator: Sr. Bezerra Neto.

O presente projeto de lei visa ao fomento, através dos estabelecimentos oficiais de crédito, em transações e investimentos das prefeituras municipais do orçamento limitado relativos à aquisição de equipamentos rodoviários, ambulâncias, máquinas agrícolas e à execução de planos assistência médica e educacional.

2. Obteve pareceres em contrário das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, e favorável da Comissão de Economia.

Em plenário surgiu a emenda de autoria do eminente Senador Antônio Carlos, da qual fomos designados relator. Objetiva a matéria que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico destine de por cento de seu orçamento de investimento ao financiamento de máquinas rodoviárias às prefeituras municipais de arrecadação anual igual ou inferior a cento e cinquenta milhões de cruzeiros.

Foi ouvido o BNDE a respeito da presente emenda, e seu pronunciamento é exaustivo, terminando por oposição à emenda. A emenda do ilustre Senador Antônio Carlos tem, no seu propósito e mérito, valor incontestável, mas as razões técnicas, de política financeira, no parecer do BNDE, nos aconselham, nesta fase, sua desaprovção. Na exposição do Banco, há este trecho, que em síntese consideramos a parte decisiva em sua oposição:

"A aprovação da emenda sugerida pelo Senador Antônio Carlos ao Projeto nº 81-64 traria, em consequência, graves prejuízos para a principal Agência Financeira Federal com que conta o País para o fomento do desenvolvimento econômico, forçada que seria a pulverizar seus escassos recursos entre cerca de 4.300 municípios brasileiros, com arrecadação inferior a Cr\$ 150 milhões anuais. Ademais, os empréstimos a serem concedidos na forma proposta sofrem a contraindicação ponderável de que a manutenção e operação de máquinas rodoviárias exigem a presença constante de especialistas, e, em consequência disso, custos elevados, justamente de Municípios menos favorecidos, que já teriam a receita dos Impostos de Renda e Consumo empenhada no ressarcimento da dívida contraída.

Para a colimação dos fins propostos, contam, ainda, os Municípios com os recursos assegurados pela Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (Programa de Investimentos Públicos, 1965), a arrecadação do Imposto Único referido, no exercício de 1965, se elevará a Cr\$ 840 bilhões, estando previsto que as aplicações das quotas dos governos municipais no setor rodoviário atingirão Cr\$ 89,7 bilhões, com tendência a aumentar nos anos seguintes, sem a necessidade de resgate destas importâncias".

Pelo exposto, opina a Comissão de Economia pela rejeição da emenda.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1965. — *Atilio Fontana, Presidente*. — *Becerra Neto, Relator*. — *José Leite*. — *Sebastião Archer*. — *Irineu Bornhausen*, contra. — *Lopes da Costa*.

Nº 896, DE 1965

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei do Senado nº 81, de 1964,

Relator: Sr. Senador Mem de Sá.

Retorna a esta Comissão o projeto de Lei do Senado nº 81, de 1964, por haver recebido, em plenário, emenda de autoria do eminente Senador Antônio Carlos.

O projeto do nobre Senador Vasconcelos Torres determinava que o Poder Executivo financiasse, através dos estabelecimentos oficiais de crédito, diversas transações e investimentos das prefeituras municipais de orçamento limitado. Recebeu pareceres contrários da doughta Comissão de

Constituição e Justiça e da de Finanças, e parecer favorável da de Economia.

A emenda do ilustre representante de Santa Catarina substituiu o artigo 1º do projeto, mandando que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico destine 10% de seu orçamento de investimentos ao financiamento de máquinas rodoviárias às Prefeituras Municipais de arrecadação anual igual ou inferior a cento e cinquenta milhões de cruzeiros.

Em que pesem as razões e as altas inspirações que a ditaram, esta Comissão acompanha o pronunciamento contrário que mereceu da doughta Comissão de Economia.

Por força do art. 25 da Lei número 2.973, de 26 de novembro de 1950, é o BNDE obrigado a distribuir seus investimentos com observância da seguinte ordem de prioridade:

I — reaparelhamento e ampliação do sistema ferroviário;

II — reaparelhamento e ampliação de portos e sistemas de navegação;

III — construção e ampliação de sistemas de energia elétrica;

IV — instalação e ampliação de indústrias básicas;

V — construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos;

VI — desenvolvimento da agricultura, compreendendo eletrificação rural, inclusive, mediante aproveitamento acessório de pequenas quedas d'água;

VII — outros setores.

Como se vê, nos termos da lei, a aplicação em máquinas rodoviárias das Prefeituras, como quer a emenda, teria a mais baixa prioridade, só podendo ser atendida após as seis primeiras enumeradas.

Ora, os recursos do BNDE são mais do que insuficientes para o atendimento mesmo das quatro primeiras finalidades que o artigo mencionado enuncia. Somente para o financiamento de usinas elétricas e de usinas siderúrgicas, ora em construção, o Banco exerce suas disponibilidades que não permitem plena satisfação dos encargos já assumidos para sua rápida conclusão. E, só neste setor, muito maiores deveriam ser as inversões a fim de que, em face do alto índice do aumento da procura, não enfrente o Brasil, em breves anos, gravíssimos pontos de estrangulamento em seu desenvolvimento, quer no que diz respeito à produção de energia, quer de ferro e aço.

A manifestação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, provocada pelo eminente senador Jefferson de Aguiar, constante do processo, não deixa margem a dúvidas: é completa e convincente.

Mostra o BNDE que, dos 470 bilhões de suas aplicações, em 1955, cerca de 270 bilhões têm aplicação compulsória; dos 200 bilhões restantes, os 10% de que trata a emenda Antônio Carlos representariam 20 bilhões que seriam, evidentemente, importância insuficiente para satisfazer às necessidades 4.300 municípios com arrecadação igual ou inferior a 150 milhões de cruzeiros anuais.

Pelas razões expostas, pelas que se contém no pronunciamento do BNDE e pelos constantes do parecer da Comissão de Economia, somos forçados, embora a contra-gosto, a opinar pela rejeição da emenda de plenário.

Sala das Comissões, em 7 de julho de 1965. — *José Ermirio, Presidente*. — *Mem de Sá, Relator*. — *Aurélio Vianna*. — *Eurico Rezende*. — *Waldemar Gurgel*. — *Wilson Gonçalves*. — *Lino de Mattos*. — *Labão da Silveira*. — *Mello Braga*, vencido.

## PARECERES

Ns. 897, 898 e 899, de 1965

Nº 897, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 254, de 1964, (nº 2.501-C-80 — Câmara), que concede a matrícula da Escola de Serviço Social anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

O projeto, oriundo do Poder Executivo, tem por objeto a inclusão da Escola de Serviço Social anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pela União, de conformidade com as Leis nºs 1.251-50 e 1.889-53.

2. O Ministério da Educação, ao sugerir a providência ao Excmo Sr. Presidente da República, informou tratar-se, de solicitação da Escola e haver a pretensão merecido parecer favorável da Diretoria de Ensino Superior e do Conselho Nacional de Educação (hoje Conselho Federal de Educação).

3. Ao projeto não se antepõem obstáculos de ordem jurídico-constitucional, eis que se propõe medida prevista em lei e a alteração do quantitativo, de um milhão para um milhão e meio de cruzeiros, apresentada na Câmara dos Deputados, não logrou acolhida. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura a cooperação financeira da União ao ensino por, entre outros modos, "subvenção, de acordo com as leis específicas em vigor". E, no caso, as leis específicas são as invocadas no expediente ministerial e constantes do projeto de lei proposto: nº 1.251, de 4 de dezembro de 1950, e 1.889, de 13 de junho de 1953.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1965. — *Wilson Gonçalves, Presidente*. — *Edmundo Levi, Relator*. — *Jefferson de Aguiar*. — *Heribaldo Vianna*. — *Menezes Pimentel*. — *Argemiro de Figueiredo*.

Nº 898 DE 1965

Da Comissão de Educação e Cultura ao projeto de lei da Câmara número 254, de 1964,

Relator: Sr. Mem de Sá.

O presente projeto fornece mais uma deplorável demonstração dos danos irreparáveis causados pelas morosas delongas do processamento burocrático.

Originou-se ele de mensagem enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República em 28 de novembro de 1960. Seu objetivo era incluir a Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere a lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

De notar é que o assunto constitui matéria de debate entre o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Conselho Nacional de Educação, durante o ano de 1958. — Enquanto este defendia a tese de que a subvenção a ser concedida pelo Governo aos estabelecimentos de ensino superior, a que se referia a lei acima citada, não podia ser inferior a Cr\$ 2.500.000, sustentava aquele que tal limite mínimo não era aplicável ao caso e em consequência, propunha que se fixasse em Cr\$ 1.000.000 a quantia da subvenção a ser conferida à Escola de Serviço Social requerente do benefício.

Prevaleceu o ponto de vista do DASP perante o Poder Executivo, adotando o projeto encaminhado com a Exposição de Motivos, do Ministro da Educação, ao Presidente da República, com data de 22 de abril de 1959, e, depois, a Mensagem d'esse ao Congresso, dada de 28 de novembro de 1960.

Como se vê, a discussão entre o DASP e o Conselho Nacional de Educação é de 1958. A Exposição de Motivos do Ministro é de 22 de abril de 1959 e só 20 meses depois dela é que a mensagem presidencial consegue chegar à Câmara dos Deputados.

Nesta, a tramitação do projeto foi tranquila embora exasperantemente lenta. Lido o texto em sessão de 9 de dezembro de 1960, embora nenhum embaraço lhe tenha sido oposto e merecesse parecer favorável, sem emendas, das Comissões técnicas da Casa, somente em 1º de junho de 1962 chegou a plenário para discussão. Recebeu, então, emenda do nobre Deputado Adauto Lúcio Cardoso mandando elevar a subvenção para Cr\$ 1.500.000, nos termos precisos e expressos da Lei nº 3.641, de 10 de outubro de 1959.

Registre-se que esta lei é de data posterior à Exposição de Motivos do Ministro da Educação, mas anterior mas anterior à mensagem do Presidente da República, que, assim, já à da mensagem do Presidente da República, que, assim, já propunha medida destoante da lei em vigor.

A emenda do plenário, posto que apresentada em 1º de junho de 1962, só em 1º de agosto de 1963, recebeu parecer favorável da doughta Comissão de Educação e Cultura da Câmara (14 meses depois). E a emenda consequente, finalmente, ser considerada pela ilustre Comissão de Orçamento em 19 de maio de 1964, (quase 10 meses mais tarde). Já aí, estando em vigência o Ato Institucional de 9 de abril, opinou este órgão técnico contra a emenda, porque aumentava a despesa solicitada pelo Poder Executivo.

Bem se compreende que a proposição, na data atual, praticamente perdeu seu sentido, pois quase, ridícula passou a ser a subvenção de um milhão de cruzeiros para auxiliar a manutenção de uma escola de nível superior.

Nada há a fazer, porém, útil e eficientemente, pelo Poder Legislativo, resta altura dos fatos, para corrigir a situação.

Temos de nos contentar com o parecer favorável que lhe damos, esperando sua rápida últimação.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1965. — *Menezes Pimentel, Presidente*. — *Mem de Sá, Relator*. — *Antônio Jacó*. — *Josaphat Marinho*.

Nº 899, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 254, de 1964,

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O projeto, originário do Poder Executivo, visa a conceder a inclusão da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. A mensagem presidencial, que encaminhou o projeto, vem acompanhada de Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Educação, que informa tratar-se de solicitação da Escola interessada e haver a pretensão merecido a aprovação da Diretoria do Ensino Superior e do Conselho Nacional de Educação (hoje Conselho Federal de Educação).

A demora na tramitação do projeto não com que a subvenção se tornasse praticamente inexistente. A importância de um milhão de cruzeiros para auxiliar a manutenção de uma escola superior é simplesmente ridícula. Mas face ao Ato Institucional nenhuma

providência da ordem legislativa poderá ser tomada no sentido de aumentá-la.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 7 de julho de 1965. — José Ermírio, Presidente. Eurico Rezende, Relator. — Walfredo Gurgel — Wilson Gonçalves — Lino de Azeite — Mello Braga — Nino de Sá — Lobão da Silveira — Arrêlio Vianna.

## PARECER

Nº 900, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1964 (nº 84-A-33, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1964 (nº 84-A-33, na Casa de origem), que torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.881,10, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União e referente ao pagamento à firma J. Dantas & Cia. Ltda., por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Eurico Rezende.

ANEXO AO PARECER Nº 900-1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1964 (nº 84-A-33, na Casa de origem).

Faça saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 2º da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº ... DE 1965

Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.881,10 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil oitocentos e oitenta e um cruzados e dez centavos), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União e referente ao pagamento à firma J. Dantas & Cia. Ltda., por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Tribunal de Contas da União tornará definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.881,10 (um milhão quatrocentos e noventa e sete mil oitocentos e oitenta e um cruzados e dez centavos), feito "sob reserva" em sessão de 14 de agosto de 1965, e referente ao pagamento à firma J. Dantas & Cia. Ltda., por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas na ligação Catara Patos de Minas.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 901, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1965, (nº 200-A, de 1965, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1965 (nº 200-A-65, na Casa de origem), que aprova o Acordo Comercial assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo

da República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. Walfredo Gurgel, Relator. — Eurico Rezende.

ANEXO AO PARECER Nº 901-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1965 (nº 200-A de 1965, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 38, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº — DE 1965

Aprova o Acordo Comercial assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Senegal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É aprovado o Acordo Comercial assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 902, de 1965

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1965.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar a casa onde residia o pintor Cândido Portinari, localizada na cidade de Brodowski, no Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Eurico Rezende.

ANEXO AO PARECER Nº 902-65

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1965, autoriza o Poder Executivo a desapropriar a Casa onde residia o pintor Cândido Portinari, localizada em Brodowski, no Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a desapropriar, pelo Ministério da Educação e Cultura, a casa onde residia o pintor brasileiro Cândido Portinari, localizada na cidade de Brodowski, no Estado de São Paulo e incorporá-la ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre senador Gilberto Marinho, por permuta com o nobre Senador Cuttete Pinheiro.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTRA PARA A REVISÃO DO ORADOR. SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Cuttete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Jefferson da Aguiar. (Pausa). Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Josué de Souza. (Pausa). Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Guido Mondin. (Pausa).

O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apenas para uma breve comunicação, particularmente em face da ausência dos inscritos de hoje à tarde que, apesar de numerosos, não nos honraram com a sua palavra sempre tão encantadora e animadora, capaz de estimular como fazem sempre, os debates desta Casa. Com toda humildade, Sr. Presidente, venho ocupar o lugar que eles normalmente ocupariam para esta ligeira comunicação.

Estive, em dias da semana passada, em meu Estado, atendendo ao convite recebido da Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos. Foi uma reunião altamente proveitosa, trata-se de uma entidade que congregava 17 municípios do Vale do Rio dos Sinos e o nobre Senador José Ermírio sorri, porque conhece a região, sabe de suas inúmeras possibilidades, mas, também, de quantas necessidades ali existem e que têm de ser atendidas. Além dos 17 municípios que integram essa Associação, outros 4 a ela se agregaram, formando, assim, uma associação de 21 municípios.

A Associação vem batalhando arduamente, desde a sua fundação, tendo na sua direção Prefeitos municipais, procurando não apenas junto ao Governo do Estado, mas igualmente junto ao governo da União, pleitear a solução dos problemas que, solucionados, atenderão a toda a região. É esforço conjunto apreciável.

Recentemente, estive nesta Capital o Secretário da entidade, a quem tive o prazer de antever, com ele tentando uma audiência com o Presidente da República, não obtida. Mas, recebidos por um dos ministros presentes, o Ministro das Minas e Energia, tive a ventura de ver que as reclamações a ele levadas foram recebidas e, num atendimento verdadeiramente cavalheiresco, apontadas várias soluções que o Secretário da Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos levou para o nosso Estado.

Com isso procura-se, no Rio Grande do Sul — os municípios agindo aqui e ali, nas várias regiões que se vão formando — atender às realidades geo-econômicas, inclusive fundando-se um jornal — "O Jornal dos Municípios" — por onde se noticia especificamente o trabalho que toda aquela região riograndense desenvolve objetivando o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Jornal bem elaborado, com muito noticiário, com a finalidade elogiável de emulação, demonstrando — e é esta notícia que quero trazer à Casa — que o Rio Grande do Sul, apesar de dificuldades tremendas que enfrenta, hoje iguais às dos demais Estados da Federação, dentro da nossa tradição gaúcha não cessa de clamar e de batalhar para que as possamos superar.

Lembrei-me de fazer esta comunicação à Casa ao receber, hoje, a notícia da fundação, ou, melhor, da existência de mais uma Associação de Municípios, qual seja a da Região Central do Rio Grande do Sul que engloba os Municípios de Agudo, Capatzen do Sul, Casagui, Cachoeira do Sul, Farol de Soturno, General Vargas, Jaguarí, Julio de Castilhos, Nova Pádua, Santa Maria, Santana, São Gabriel, São Pedro do Sul, São Sepé, Tostes e Tupancireia.

Pelo ofício que nos foi enviado de Pernambuco, quais as preocupações das prefeituras que tornaram a iniciativa de constituir essas entidades de municípios.

Ouçam, os nobres Senadores o que dizem, com simplicidade, os membros da Associação de Municípios da Região Central do Rio Grande do Sul:

(Lê)

Santa Maria, 15 de junho de 1965.

Excelentíssimo Senhor Senador:

A Associação de Municípios da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, por esta intermédio, apela veementemente a Vossa Excelência no sentido de que o Governo Federal venha a dar assistência ao setor de comunicações desta extensa região produtora do nosso Estado.

A situação é realmente dramática. Nessas rodovias federais, por falta de verba, estão entregues ao abandono. O número de estradas asfaltadas é mínimo e o inverno, castigando a poeira das rodovias, e transforma em lama que vem de encontro ao progresso que a iniciativa particular continua insistindo em trazer para o solo gaúcho.

O Rio Grande do Sul — perdidos na ruína do tempo — continua esquecido pelas altas esferas do Governo. É este drama cada vez mais se aprofunda à medida que o tempo vai passando, sem a mínima esperança de uma solução definitiva.

Esta Associação, revitalizada neste momento, continuará batalhando pelo progresso da região. Em outras oportunidades estaremos, novamente, contando com Vossa Excelência, na certeza de que teremos um colaborador efetivo na solução dos problemas que nos afligem todas as nossas Comunas.

Contando com a honrosa colaboração de Vossa Excelência, encerramos, atentamente, nossas mais

Cordiais Saudações. — Dr. Francisco Aires Pereira, Presidente.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. dá licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Realmente, o Vale do Rio dos Sinos é um dos lugares exemplares de trabalho no Brasil. Quem o visita, encontra uma região de artesanato especializado, de um povo que trabalha e apresenta uma produção magnífica para o País. Nela estão localizadas 336 fábricas de calçados e existe um planejamento em suas condições de saúde, que precisa de ser ajudada. Ao passar pelo FENAC, há cerca de um mês e meio atrás, encontrei, nessa região, um certo desamparo pelos seus 6 mil desempregados. Isto não podemos permitir num país em que o calçado ainda é um impulsionador necessário, pois mais de 35% da população anda descalça. Estou plenamente de acordo com V. Exa.: toda essa região merece apoio do Governo Federal, para que aquela população laboriosa e honrada continue trabalhando em benefício do País.

O SR. GUIDO MONDIN — Obrigado, Senador José Ermírio.

Recordo-me de que V. Exa., recentemente, há cerca de um mês, em discurso nesta Casa, focalizou detalhadamente a situação do Vale do Rio dos Sinos. Passando por lá, V. Exa. pôde constatar o que se fez e o que é necessário fazer. Nessa mesma oportunidade, referi-me à Festa Nacional de Calçado, que reúne bem a capacidade de trabalho, a iniciativa dos riograndenses da Região do Vale do Rio dos Sinos.

O Sr. Armando Figueiredo — Permissão V. Exa. para um aparte? (Assentimento do orador) — Cito esta região serviu de base a um dos seus



grandes e brilhantes discursos, nesta Casa....

O SR. GUIDO MONDIN — Obrigado.

O Sr. Argemiro Figueiredo — ... e é onde mais se desenvolve a indústria de calçados, que é vital. V. Exa. traz, agora, ao conhecimento do Senado, esse plano de congregação de todos os municípios da mesma zona industrial, no sentido de solicitar do Governo Federal providências, a fim de atender às aspirações no setor da própria União, no setor da administração federal. Todo brasileiro sente o entusiasmo do Senador Guido Mondin quando fala nesta ou noutra qualquer parte do Rio Grande do Sul. O Estado de V. Exa. é um Estado-exemplo, que tem progredido sobretudo por força da iniciativa privada. Quando V. Exa. traz ao conhecimento desta Casa assunto dessa natureza, quando industriais, homens progressistas, que estão desenvolvendo a economia nacional solicitam do Governo medidas dessa ordem, dentro do setor próprio da administração federal, creio não ser possível V. Exa. e seus conterrâneos não serem ouvidos. É impossível dar sentido orgânico à vida econômica de um país, ou de uma região, sem que se culde do problema do transporte, das rodovias, comunicações enfim. De modo que, solidário com o apelo de V. Exa., em nome do Nordeste, confio em que o Governo Federal atenda, prontamente, as aspirações dos Municípios a que V. Exa. se refere, dando margem, portanto a que os gaúchos, desenvolvendo a iniciativa privada, aplicando investimentos, embora com as dificuldades do momento atual, possam ter um futuro digno da altitude cívica e moral dos habitantes da região.

O SR. GUIDO MONDIN — Nobre Senador Argemiro de Figueiredo, quando V. Exa. diz que empresta ao Rio Grande esta solidariedade, em nome do Nordeste, vejo nisto um sentido de integração que me faz bem, até porque a minha preocupação ao vir à tribuna hoje, é quase assim para abordar um assunto ameno, em meio ao turbilhão de problemas de toda ordem, que nos preocupam. Pela manhã, encontrava-me, na Câmara dos Deputados, assistindo à votação final do Projeto das Inelegibilidades. Era de se esperar que sobreviesse o tumulto na enervante — porque inevitável — participação de todos no debate de problema de tanta importância. Então, veio-me a vontade de fazer uma pausa para falar sobre algo mais alentador, como é o caso da pequena intervenção que faço.

A reunião dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos processou-se na Cidade de Igrejinha, uma dessas cidades risonhas do Rio Grande, uma cidade alpestre. Só em chegar ali o homem sente-se tranquilo e feliz, pois encontra gente pacata, boa, acolhedora e cavalheiresca. Nessa cidade, os prefeitos de todos os municípios que integram a Associação, reunidos também tranquilamente, ouviram, inicialmente, as exposições que lhes fizeram os técnicos da Secretaria de Obras Públicas, em torno daquilo que o Governo do Rio Grande do Sul projetou no sentido da recuperação do Vale do Rio dos Sinos, porque a aspiração primeira da região é a retificação do Rio dos Sinos, que já teve, na história política, social e econômica do Rio Grande do Sul, um grande papel.

O Vale do Rio dos Sinos necessita dessa retificação para que, em decorrência dela, ressurgir ali aquela economia que, tendo sido esbarrada, poderá tornar-se muito maior com os conhecimentos técnicos de nossa época.

O escritor Viana Moog, a respeito dessa região escreveu um livro cuja leitura recomendo aos nobres co-

gas — "Um Rio Imita o Reno". É um belíssimo romance, pleno de vida regional e com a descrição de um problema social que os rio-grandenses compreendem muito bem, porque tem a sua origem na formação étnica da própria região.

Através desse livro, então, se poderá compreender melhor a preocupação que tem os prefeitos, os dirigentes das prefeituras que integram essa região do Vale do Rio dos Sinos, e ninguém, em sã consciência, poderá negar-lhes o direito a essa ação e aos reclamos que fazem, porque ecologicamente tudo está disposto para uma prosperidade sem limites.

Não é possível que o tempo passe, retardando a eclosão desse progresso reclamado.

Pois foi essa a reunião que realizamos em Igrejinha, fixando normas da ação, planos, ouvindo exposição de técnicos, inclusive do SENAM e, com a impressão lisonjeira que trouxe de lá, venho fazer esta comunicação aos meus nobres colegas, particularmente compreendendo que a regionalização administrativa do Rio Grande está-se fazendo realidade numa ansia de emulação.

Lembraria aos nobres colegas que isso que o Rio Grande está fazendo poderá ser realizado nos demais Estados da Federação.

Quero apenas Sr. Presidente e nobre colegas, nestas rápidas palavras, dizer das minhas impressões e da satisfação de saber como os Prefeitos do meu Estado trabalham. Do nosso posto, representante do Estado que somos, e em nossa permanente vigília em Brasília, também envidaremos esforços no sentido de, daqui mesmo, levar aos altos Poderes da República tudo quanto reclamam aqueles Prefeitos contribuindo assim, da nossa parte, e no cumprimento do nosso dever, para que eles possam levar a cabo uma obra de tanta grandeza. (Muito bem! Muito bem! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos.

O SR. MEM DE SA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. MEM DE SA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, desejo aproveitar — tendo em vista esta situação de folga de oradores — desejo aproveitar esta oportunidade para dirigir um apelo à direção da Cia. Siderúrgica Nacional, no sentido de que ela entregue à Universidade de Brasília aquilo que da Universidade de Brasília é.

Como é sabido, ao se constituir a Universidade da Capital Federal, um dos recursos que lhe foram atribuídos consiste nos dividendos das ações de propriedade da União. Transferidos esses dividendos para a Universidade de Brasília, com base nessa receita, realiza ela seu orçamento.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — Desejo juntar ao apelo de V. Exa. também o meu. Conheço de perto a situação difícil por que passa a Universidade de Brasília que, além de ter uma dotação orçamentária mínima das menores comparadas às atribuídas as outras Universidades, recebe essas dotações com grande atraso, resultando, em consequência, grande dificuldade para pagar o seu pessoal. Assim sendo, se lhe subtraem o direito que tem a essa cota-parte nas rendas das ações que lhe são atribuídas na Siderúrgica Nacional, não sei como poderá a Universidade subsistir. O Sr. Ministro da Educação e o próprio Sr. Presidente da Repu-

blica precisam olhar mais de perto a Universidade de Brasília, um centro educacional que honra o Brasil pelos métodos de ensino moderníssimos ali adotados.

O SR. MEM DE SA — Agradeço muito o apoio que V. Exa. está dando ao meu pronunciamento. Desejava, exatamente, expor o que V. Exa., em parte, já adiantou.

A situação se tornou extremamente curiosa porque, ao ser elaborado o Orçamento Geral da República e nelle as dotações distribuídas a cada universidade, o fato de a Universidade de Brasília contar com os recursos dos dividendos das ações da Companhia Siderúrgica Nacional levou a Comissão de Orçamento da Câmara a reduzir a verba global da Universidade da Capital Federal.

Em consequência é ela, dentre todas as universidades brasileiras, a que ficou com a menor dotação na Lei de Meios — tem dotação menor do que as menores universidades do Brasil — sempre no pressuposto de que as ações da Companhia Siderúrgica Nacional lhe garantiriam receita polpuda e farta.

Realmente, o montante que a Universidade de Brasília tem que receber da Companhia Siderúrgica Nacional vai, este ano, a dois bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros. Esta quantia já figura na escrita da Companhia Siderúrgica Nacional. Os dividendos foram aprovados pela Assembleia Geral e, teoricamente, estão à disposição dos acionistas. A dificuldade, porém, está em se passar da teoria à prática.

Compreendo porque faço sempre o esforço de me colocar na situação das outras pessoas — as aperturas em que se acham os dirigentes daquela grande sociedade siderúrgica.

E que na situação atual do Brasil, com a retração necessária do crédito, o capital de giro se faz escasso para atender às necessidades correntes da Companhia e, naturalmente, o que a direção da Companhia enfrenta é um problema de caixa. Não é um problema de finanças, não é um problema de contabilidade e, muito menos, um problema econômico. É exclusivamente, um problema de caixa baixa.

O que é, porém, de ser considerado pela direção da Companhia Siderúrgica Nacional é que, se a sua caixa, dela, está baixa, a da Universidade está abaixo de zero, porque ela recebe as dotações orçamentárias parceladamente, como todas as demais, e estas são insuficientes para as despesas.

A Universidade se tem ampliado. A meu ver, tem-se ampliado até demais porque penso que a Universidade se deveria expandir dentro dos recursos orçamentários já assegurados. Mas a Universidade tem-se ampliado criando novos departamentos, novos cursos; há um esforço inegável para a disseminação da cultura, há até um sentido de pioneirismo em muitos setores da vida universitária — e tudo isso exige recursos substanciais.

De modo que o drama da Universidade se tornou de tal forma crítico, que ela está ameaçada de não ter como prosseguir, de ser forçada mesmo a paralisar os seus cursos por impossibilidade de pagamento do corpo docente e do corpo de funcionários.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — Quero acrescentar, em apoio às palavras de V. Exa. que, talvez, a Universidade ainda não tenha fechado porque sua Rectoria é de uma dedicação e de um amor tão extremado ao estabelecimento, que tem jogado, inclusive, com seu crédito pessoal, no sentido de adquirir certas utilidades para a

Universidade possa continuar preenchendo suas funções. Sei, pessoalmente, disso, porque já tive ocasião de observar a atitude heroica, despreendida da Rectoria da Universidade de Brasília.

O SR. MEM DE SA. — Obrigado a V. Exa.

O Sr. José Guimard — Dá licença V. Exa. para um aparte?

O SR. MEM DE SA — Ouço, agora V. Exa.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador, V. Exa. está esposando causa tão justa, que desperta o interesse de todos nós. Seria no entanto, interessante saber-se — e creio que talvez V. Exa. nos possa informar — se os demais acionistas têm recebido seus dividendos, ou se só a Universidade fica na caixa baixa da Companhia Siderúrgica.

O SR. MEM DE SA — Infelizmente, não posso informar a Vossa Exa. nem sei mesmo como é distribuído o capital da Companhia Siderúrgica Nacional. Creio que o Governo é detentor de grande porcentagem do capital total. Infelizmente mais não lhe posso esclarecer.

O Sr. José Guimard — Obrigado a V. Exa.

O SR. MEM DE SA — Sei que o Reitor Zeferino Vaz, que tem desenvolvido o maior esforço, já conseguiu a intervenção do Ministro da Indústria e Comércio, dos Chefes da Casa Civil e da Casa Militar da Presidência da República obtendo muitas promessas. Mas o dinheiro, que é o bom mesmo, ainda não chegou.

Assim, embora não creia que minhas palavras tenham mais força do que as do Ministro ou Chefes das Casas Civil e Militar, quero deixar aqui um apelo, para que a Direção da Companhia Siderúrgica Nacional obtenha a fórmula, talvez, até recorrendo ao crédito junto ao Banco do Brasil, de fazer o pagamento, não de uma só vez, mas em prestações, de maneira a dar à Universidade a garantia de recebimento em épocas certas, de quantias determinadas para que a Universidade possa estabelecer o seu orçamento e seu programa de atuação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Josué de Souza.

O SR. JOSUÉ DE SOUZA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, quer valer-me da oportunidade para apresentar à consideração de Vossas Excellências Emenda Constitucional que altera o Inciso I, do Art. 139 da Constituição Federal, que passará a ter a seguinte redação:

"O Presidente que tenha exercido o cargo por dois mandatos consecutivos".

Permitirá essa emenda, Sr. Presidente, uma vez aprovada por ambas as Casas do Congresso, a reeleição dos Presidentes da República, pelo voto direto. Justificando este ponto de vista meu, que acredito ser de maioria dos brasileiros e da maioria desta Casa, lembrarei que a continuidade administrativa, a estabilidade política econômico-financeira, a orientação sócio-política, os graves problemas nacionais, estão a exigir que possibilite ao povo brasileiro a oportunidade de expressar, através do voto secreto, seu apoio ou repulsa às medidas adotadas pelo Poder Executivo.

A reeleição do Presidente da República representará a solidariedade da Nação, a aceitação do programa que estiver sendo executado e o desejo concreto de que sejam atingidos os objetivos visados.

Amparado na vontade soberana do povo, livremente demonstrada,



umas, o Presidente, com mais segurança e maior espaço de tempo, poderá, mais tranquilamente, concluir sua obra administrativa e atender melhor aos interesses coletivos.

Sr. Presidente, quando os cidadãos — homens públicos ou não — examinarem a conjuntura nacional, em todos os tempos, concordarão em que não é possível, no Brasil especialmente, face à extensão de suas áreas, concluir-se programa administrativo em quatro ou cinco anos de Governo. No caso especial do Presidente Castello Branco, apontado, hoje, como delegado da Revolução, embora com seu mandato autenticado pelo pronunciamento do Congresso, legítimo representante do povo, Sua Excelência teria, no *referendum* do voto popular, do voto direto, a consagração do seu programa de governo, ou a reprobção de sua meia administrativa. Seria uma oportunidade, um teste para a própria Revolução, que acredito bem intencionada, que acredito imposta por imperativo nacional, que acredito resultado da revolta do povo pela anarquia que se verificava em todo o País.

Dai o apelo que faço aos Senhores Senadores e à Câmara dos Deputados, para que se detenham sobre esta emenda constitucional, não ao impulso, ao impacto de uma emoção, mas tendo em vista os interesses reais da coletividade, levando em conta que a própria democracia americana, aquela que se me afigura mais perfeita, se vale desse mesmo recurso ao testar os Presidentes num segundo e até terceiro veredito, para que o povo, na sua soberania diga se aquele programa de Governo é o que consulta aos seus anseios, é o que responde às suas necessidades, é o que interessa à Nação.

Senhor Presidente, sou, talvez, dos menos suspeitos para defender a reeleição do Presidente Castello Branco, pois, fui atingido pela Revolução — demitido do cargo que ocupava no Tribunal de Contas do Amazonas e forçado, por traição militar, a renunciar ao cargo de Prefeito de Manaus. Mas como entendo que o que deve estar em jogo não é o indivíduo, mas o homem e a Nação, ainda que preso, viria a esta tribuna defender a Revolução, porque entendo que ela constitui um bem para o Brasil. As distorções, os erros resultantes da alibidade humana, inevitáveis, não podem ser analisados nem apreciados pela repercussão que possam ter num indivíduo. Devem ser analisados e compreendidos no seu todo, no que representam para a Nação e para o Brasil.

A Revolução foi um dique aos decandamentos, à quebra de toda a disciplina e hierarquia, ao descalabro financeiro e administrativo. O Brasil caminhava ao encontro do nada, da destruição de todos os postulados, de todas as suas tradições, de todos os seus bens materiais, de todo o seu patrimônio, de toda a sua crença, de toda a sua fé. Dai por que entendo que o Brasil precisa julgar, pela soberania do seu povo, pela expressão de seu voto livre, pela vontade da sua coletividade, o Governo que este Congresso delegou à Nação, na sua soberania, Governo que não é delegado de grupos nem de facções, mas da Nação. E se lhe falta alguma coisa, para que assim se apresente, esta alguma coisa é o voto direto que nós estamos querendo proporcionar, honrado com a assinatura de 20 Srs. Senadores, dos mais representativos, e dos mais expressivos, como todos o são nesta Casa, para que a Nação diga se o Presidente Castello Branco poderá ou não continuar a representá-la; se significará ou não os anseios; se ela quer ou não continuar este regime de ordem, de respeito, de hierarquia, de seriedade em que nos encontramos, ou se quer voltar ao caos, à desorganização, àquele pirâmide inflacionária, aquela

seqüência ininterrupta de erros que se acumulavam, num desafio, num desrespeito, num descrédito a todo o povo, e a toda a Nação e a toda uma coletividade.

Dai, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Emenda que ofereço à apreciação de V. Exas., que ofereço à apreciação da Câmara dos Deputados, com um apelo patriótico para que não tenham em conta, ao apreciá-la, ao discutí-la, os interesses de pessoas, de facções ou de grupos, mas que pensem nas palavras, no dístico da nossa bandeira brasileira porque, sem ordem, sem disciplina, sem coesão não pode haver progresso, paz, harmonia, não pode haver a concretização desse sonho que impelle todos os nossos pensamentos, que é o ponto de partida de todos os nossos anseios, que é resultante de todos os nossos esforços.

Agradeço, pois, Senhor Presidente, àqueles Senadores que acorreram com suas assinaturas a esta emenda constitucional e estou certo de que ela não dormirá nas gavetas nem nas Comissões, que se há de tornar num fato concreto e positivo, para que o Brasil possa testar, pela soberania dos seus eleitores, pela vontade do seu povo, o Governo honrado do Marechal Castello Branco e dizer a S. Exa. que ele não é apenas um delegado de coronéis, mas será, no futuro, um delegado do povo brasileiro, para mais servi-lo e honrá-lo, na clarividência das suas atitudes, na convicção do seu patriotismo e na grandeza do seu caráter.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem).

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES

Comparecem mais os Srs. Senadores:

José Guimard  
Josué de Souza  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Sigefredo Pacheco  
Antônio Juca  
Walfredo Gurgel  
Dylton Costa  
Jefferson de Aguiar  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Faria Tavares  
Benedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Mem de Sá

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de Informações, do Sr. Senador Aarão Steinbruch, apresentadas ontem:

Nº 446-65 — ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social;

Nº 447-65 — ao Sr. Ministro da Agricultura. (Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Sr. Primeiro Secretário procederá à leitura do Projeto de Emenda à Constituição a que fêz referência em seu discurso o Sr. Josué de Souza.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, de 1965

Dá nova redação ao art. 139, I, letra a, da Constituição Federal.

A letra a, inciso I do art. 139, da Constituição Federal, passa a ter a seguinte redação:

a) o Presidente que tenha exercido o cargo por dois mandatos consecutivos.

#### Justificação

A continuidade administrativa, a estabilidade da política econômico-financeira, a orientação sócio-política, os graves problemas nacionais, estão a exigir que se possibilite ao povo brasileiro a oportunidade de expressar, através do voto secreto, seu apoio ou repulsa às medidas adotadas pelo poder executivo. A reeleição do Presidente da República representará a solidariedade da Nação, a aceitação do programa que estiver sendo executado e o desejo concreto de que sejam atingidos os objetivos visados.

Amparado na vontade soberana do povo, livremente demonstrada nas urnas, o Presidente, com mais segurança e maior espaço de tempo, poderá, mais tranquilamente, concluir sua obra administrativa e atender melhor os interesses coletivos.

Sala das Sessões, 9 de julho de 1965. — Josué de Souza — Eurico Rezende — Lobão da Silveira — Goldwasser Santos — Dylton Costa — Mello Braga — Raul Giuberti — Heribaldo Vieira — Guido Mondin — Jefferson de Aguiar — Menezes Pimentel — José Feliciano — José Cândido — Eugênio Barros — Edmundo Levi — Eduardo Assmar — Walfredo Gurgel — Wilson Gonçalves — José Leite — José Guimard — apoioamento.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O projeto lido, subscrito por mais de um quarto dos membros do Senado, satisfaz os requisitos estabelecidos na Constituição (art. 217, §§ 1º, 5º e 6º), para ser recebido e submetido à consideração do Congresso Nacional, com tramitação prevista nos arts. 358 e 379 do Regimento Interno.

Será publicado e encaminhado oportunamente à Comissão Especial que for designada para sobre ele se manifestar. (Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está finda a hora do expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (apresentada pela Comissão de Redação em seu parecer nº 854, de 1965) do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 209-A-65, na origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 20 de novembro de 1957, entre a União Federal e a Companhia Ultrazgaz S.A.

Em discussão a redação final.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1965 (nº 209-A-65, na origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 20 de novembro de 1957, entre a União e a Companhia Ultrazgaz S.A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato, de 17 de janeiro de 1958, do Tribunal de Contas, denegatório de registro a termo de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, lote nº 3.384, situado na Rua Desidério de Oliveira, esquina com a Rua Projetada "C", no aterro de São Lourenço, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, celebrado, em 20 de novembro de 1957, entre a União, como outorgante, e a Companhia Ultrazgaz S. A., como outorgada.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) —

##### Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 856 de 1965), do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1964 (nº 155-A/58, na Casa de origem) que aprova o acordo para o estabelecimento de mapas topográficos e de cartas aeronáuticas, no Brasil.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1964 (nº 155-A, de 1964, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Aprova o acordo para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o acordo para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil, concluído entre os Estados Unidos da América, por troca de notas datadas de 2 de junho de 1952.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1965, que retifica a Lei número 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Colônia Federal no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina (Projeto nº 121, de 1965, da Comissão de Justiça).

Está encerrada a sessão.

## 5

**I**

2

3



Todavia, a'tental senhores, que os juizes sustentaveis como crim, smente saõ dignos de sua enutricao epende-se a um nivel de inquebrantavel independencia, sobre o qual a colheita de repõta e sua enutricao. A liberdade individual e a sua colheita, o seu alimento, e esta e a sua

verdade, a essência dos governos vivos, em que o Poder Judiciário intérprete e aplicador da lei, pode ser, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, mais forte do que o poder governativo.

O dize de liberdade é o único adequado à forma de governo democrático, pois, sem essa garantia fundamental, não exerce o povo livremente o direito de voto; liberdade como autodeterminação política do cidadão e como direito à colaboração na vontade política do Estado.

Bem está presente à nossa memória. "A pátria não é ninguém: são todos, e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não subvertem, os que não emudecem, os que não se acovardam, mas resistem mas ensinam, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo... Mas, o patriotismo consiste, sobretudo no trabalho. *Laboremus*, murmurava, expirando, o imperador romano."

#### SEM LEI NÃO HÁ PÁTRIA

Amigo íntimo, apreensivo de nossa sorte, como está na Bíblia, sobre a advertência da casa dividida, transcrevera-me esse trecho de Joseph de Maistre: *La liberté a des caractères si frappants qu'il est impossible de l'entendre: l'amour de la patrie est une religion et le respect par les lois est une superstition*. Isto, aduzia o amigo, nos leva a deduzir que sem lei não há pátria, sem respeito à lei não há governo. Mas estamos numa época em que as palavras perderam o sentido por mais que você lute por explicá-las. "Pátria, lei" são moedas que de tão mal usadas perderam o relevo. Você, remanescente de um passado político e libertário, é o último exemplo da virtude cívica. Virtudes militares só devem ser ostentadas em tempo de guerra, do contrário é bravura e não bravura. Mas como a guerra é feita por todo o povo de uma nação e não apenas pelos militares, tanto o civil deve ter virtudes militares, quanto o militar deve ter virtudes civis. Se algum dia chegarmos a compreender esta verdade, seremos um grande povo. E só sendo um grande povo, seremos uma grande Nação. Um povo acovardado, amesquinhado, jamais formará uma grande pátria. Não há pátria sem povo, ou uma pátria só de militares. Por isto, nenhuma aliadada, nenhuma tirania é heroica. Seu pedestal — o povo, não suporta o peso da estátua que o pisa. Diz, ainda, De Maistre: *On croi se gouvernement fort parce qu'il est violent; mais la force diffère de la violence autant que la justice*.

A conclusão é óbvia: aspiramos ao império da lei, que despersonaliza o poder, de governo e o alça à condição de arbítrio, por isto mesmo chamado o supremo magistrado da Nação. Dêle emana o legítimo poder, exercido em nome do povo; a lei decorre obedecência acatamento, respeito e observância no exato cumprimento militar do país, conforme o postulado constitucional: "As forças armadas constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da Lei; destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem".

Somos os juizes, uma parcela do Poder de Estado, instituída para disciplinar, sob a disciplina da Constituição e das Leis, os conflitos de interesses privados que surgem entre os cidadãos ou entre estes e as entidades do direito público interno. Mas a justiça é uma e indivisível, é autônoma e soberana nas suas deliberações, podendo dizer-se dela que, aplicadas a lei, lhe devem obediência irrestrita todos os cidadãos submetidos à soberania nacional.

#### KENNEDY

Cabe-nos o ensejo de recordar a sã advertência de John Kennedy: Vós civis ou militares, tenhes o direito de achar que a lei é errada, mas não tendes o direito de desobediência.

A paz, o progresso, o trabalho a grandeza material e moral desta Nação deve resultar do estrito respeito à nossa organização jurídica, à Justiça Nacional, a que ora se dirigem as ameaças mais audaciosas de todos os tempos, das quais transmito ao nosso povo o meu testemunho, pelas missivas irrisórias que se me dirigem, todas sem assinatura, dos seus responsáveis, insensíveis, impermeáveis a uma compreensão conveniente do direito de pensar política, filosófica ou religiosamente sem as trevas premeditadas a sombra de um propósito eliminador da Liberdade, da Democracia e da Justiça, como se fôra lícito às consciências transviadas do exato dever cívico conduzir esta nação soberana à destruição e ao caos, tendo por este o o desvario do inconformismo e da incompreensão, sob a ameaça de voltar as armas forjadas para defesa da Pátria, em sentido oposto à sua própria sobrevivência.

Aqui se encerram as minhas alongadas advertências com a gratidão que ora vos exprimo pela insigne investidura, sem quebra da fé que alimento pelos nossos altos destinos.

#### COMISSÃO DIRETORA

##### 5ª REUNIÃO REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 1965

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, presentes, os Srs. Nogueira da Gama, Vice-Presidente, Gilberto Marinho, 2º Secretário, Adalberto Sena, 3º Secretário, Catete Pinheiro, 4º Secretário, Joaquim Parente, 1º Suplente, Guido Mondim, 2º Suplente, Vasconcelos Torres, 3º Suplente, Raul Giuberti, 4º Suplente, reunem-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Dinarte Mariz, 1º Secretário.

A ata da reunião anterior é lida, e sem debate aprovada.

O Sr. Presidente distribui as seguintes matérias:

##### AO Sr. Vice-Presidente

— Projeto de Resolução nº 35, de 1965, e

— Consulta da Diretoria do Pessoal sobre pagamento de adicional, salário-família e contagem de tempo para licença especial, em relação a funcionários postos à disposição de outro órgão, sem ônus para o Senado, e também, aos que desempenham mandato legislativo.

##### AO Sr. 4º Suplente

— Indicação nº 3, de 1965.

Tendo-me vista o telegrama de Sebastião Ferreira de Azevedo, nomeado pela Resolução nº 67, de 1964, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, comunicando não poder assumir o referido cargo, a Comissão determina seja feito Projeto de Resolução, nomeando o candidato, imediatamente classificado.

Em seguida, são indeferidos os seguintes requerimentos:

— DP. 520-65 de Walter Faria, Auxiliar Legislativo, PL-10, solicitando seu aproveitamento na Radiodifusão, por falta de apoio legal;

— DP. 1.102-64 de Nínfa Lopes Ribeiro, viúva do Guarda de Segurança José Gomes Ribeiro, solicitando salário-esposa;

— DP. 246-65 de José Euvaldo Peixoto, Taquígrafo de Debates PL-3, solicitando transferência para o Quadro Anexo;

— DP. 122-65 de Aurisam Ramalho Calado, dentista, pedindo readaptação no cargo de Redator;

— DP. 389-63 de Propércio Xavier da Silva e outros eletricitistas, pedindo pagamento de horas extras, devendo o Diretor-Geral organizar escala de trabalho dos interessados

A seguir, são deferidos os seguintes requerimentos:

— DP. 455-65 em que a Junta Médica concede licença para tratamento de saúde ao Controlador Gráfico PL-6, Sebastião Maia de Almeida;

— DP. 508-65 do Sr. Senador Adalberto Sena, solicitando pagamento de auxílio-funeral à família de Milton Tavares do Canto;

— DP. 537-65 de Apolônio Jorge Faria Salles Filho, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, solicitando licença para tratamento de saúde;

— DP. 510-65 de Oswaldo Siqueira Amazonas, em que solicita licença para tratamento de saúde;

— DP. 541-65 de Luiz Carlos Homem da Costa, solicitando licença para aceitar bolsa de estudos, a qual lhe é concedida com os vencimentos, mas sem as diárias de Brasília;

DP. 448-65 e 340-65, nos quais a Junta Médica concede a Pedro Leão Gonella e a Gonçalo de Melo Araújo Taras, Auxiliar de Portaria, PL-9, e PL-7, licença para tratamento de saúde;

Sobre o Requerimento DP. 456-65, de prorrogação de licença para tratamento de saúde a Adonias Pedro da Costa, Motorista PL-9, delibera a Comissão seja feita Junta Médica para verificar se há possibilidade de recuperação do funcionário, ou necessidade de sua aposentadoria.

É aprovado, ainda, parecer do Sr. 4º Secretário, sobre o cálculo relativo ao débito do Senado Federal para com o Instituto dos Congressistas, determinando a Comissão seja apresentada emenda ao art. 1º do PLC 3/63, em tramitação nesta Casa.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

#### Comissão Parlamentar de Inquérito para o levantamento do custo de fabricação de veículos pela Indústria Automobilística Nacional.

##### 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 1965

As dezessis horas e trinta minutos, do dia dois de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Zaccarias de Assumpção, Presidente, presentes os Srs. Senadores Eugênio Barros, José Leite, Atilio Fontana, Antônio Carlos, Antônio Jucá, Vasconcelos Torres e Adolpho Franco, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, para o levantamento do custo de fabricação de veículos pela indústria automobilística Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Vicente Augusto, Oscar Passos, e Aurélio Vianna.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, por haver número legal, o Sr. Presidente dá ciência à Comissão de que, encontrando-se afastado de suas funções, nesta Casa do Congresso o Sr. Senador Eugênio Augusto, a presidência resolve indicar para substituí-lo, como Relator da C.P.I., o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Segundo o Sr. Presidente comunica que vai proceder a eleição do Vice-Presidente, para o lugar do Sr. Senador Vasconcelos Torres, vago em virtude de renúncia apresentada por este Senador, no ato de sua indicação para relatar a matéria a que se propõe investigar esta C.P.I.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente designa para funcionar como escrutinador o Sr. Senador Atilio Fontana.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

#### PARA VICE-PRESIDENTE

Senador Antônio Jucá ..... 6 votos  
Senador Adolpho Franco ... 1 voto

É declarado eleito Vice-Presidente, o Sr. Senador Antônio Jucá, que agradece a distinção com que foi distinguido, prometendo trabalhar em estreito entendimento com seus pares.

O Sr. Senador Vasconcelos Torres pedindo a palavra, agradece a presidência haver sido escolhido para as funções de Relator, o que o sensibiliza.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 22ª REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 1965.

As 10 horas do dia 7 de julho de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência dos Senhores José Emílio e Walfrado Gurgel, presentes os Senhores Eurico Rezende, Wilson Gonçalves, Lobão da Silveira, Lino de Mattos, Mem de Sá, Aurélio Vianna e Mello Braga, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Victorino Freire, Sigismundo Paeneco, Argemiro de Figueiredo, Pessoa de Queiroz, Antônio Jucá, Bezerra Neto, Faria Lacerdes e Irineu de Azevedo.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes de pauta, são relatados os seguintes:

##### — Pelo Senhor Eurico Rezende

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 254, de 1964, que concede a inclusão da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal; e

favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1965, que aprova o Contrato de Cooperação Social, assinado no Rio de Janeiro, a 11 de agosto de 1964, entre o Brasil e a Espanha.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, tendo o Senhor Aurélio Vianna assinado com restrições quanto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1965.

##### — Pelo Senhor Wilson Gonçalves

favorável, nos termos de Projeto de Resolução, ao Ofício nº 8-8, de 1965, do Senhor Governador de Minas Ge-

rais, solicitando autorização ao Senado Federal para contrair empréstimo até o valor de 15 milhões de dólares com os Estados Unidos da América, através da Agência Internacional para Desenvolvimento (AID) e da coparticipação da Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso (COCAP); e pelo arquivamento do Ofício nº 326-UC, de 10 de maio de 1965, do Presidente da Junta Comercial de São Paulo, comunicando que o Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de São Paulo, pela unanimidade dos seus membros, aprovou o anexo "s" do Sentimento de Usos e Costumes sobre Normas Bancárias.

A Comissão aprova os pareceres, tendo o Senhor Eurico Rezende assinado com restrições quanto ao Ofício do Presidente da Junta Comercial de São Paulo.

— Pelo Senhor Mem de Sá

pela incompetência da Comissão para apreciar o mérito do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1965, que aprova o Acordo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965;

pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1964, que cria a Escola Agrotécnica de Uberaba, Estado de Minas Gerais, e da outras providências;

contrário à emenda de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1964, que dispõe sobre financiamento às prefeituras de orçamento limitado, pelos estabelecimentos de crédito oficial, para aplicação em equipamento rodoviário.

Em discussão e votação, são aprovados os pareceres relativos ao Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1965 e ao Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1964, com voto vencido do Senhor Mello Braga. Quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1964, o Senhor Lino de Mattos solicita e obtém vista do processo.

— Pelo Senhor Lobão da Silveira

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plan de Valorização Econômica da Amazônia, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Sem restrições, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 46ª REUNIAO REALIZADA AOS OITO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 1965.

(EXTRAORDINÁRIA)

As dezessete horas do dia oito de julho do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reuniram-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a presidência eventual do Sr. Senador Sebastião Archer, presentes os Srs. Senadores Walfredo Gurgel e Eurico Rezende.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Dix-Huit Rosado, Presidente; Antonio Carlos, Vice-Presidente e Josaphat Marinho.

E' lida e aprovada a ata anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Sr. Senador Walfredo Gurgel apresenta as seguintes redações:

a) Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1965 (número 200-A-65, na Casa de origem), que aprova o acordo comercial assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964;

b) Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1964 (número 84-A-63, na Casa de origem), que torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.881,10, lido "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União e referente ao pagamento à firma J. Dantas & Cia. Ltda., por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas;

c) redação final do Projeto de Resolução nº 66, de 1965, que autoriza o Estado da Guanabara, através da Superintendência de Serviços Médicos (SUSEME), a contrair empréstimo até o valor de DM 8.200.000 (oito milhões e duzentos mil marcos alemães) com o Creditanstalt für Wiederaufbau, de Frankfurt Alemanha;

d) redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 1965, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contrair empréstimo, até o valor de ..... US\$ 15.000.000 (quinze milhões de dólares), com os Estados Unidos da América, através da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) e da co-participação da Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso (COCAP);

e) redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar a casa onde residiu o pintor Cândido Portinari, localizada na cidade de Brodowski, no Estado de São Paulo.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária,

a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 47ª REUNIAO REALIZADA AOS 8 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 1965.

(EXTRAORDINÁRIA)

As dezessete e quarenta minutos do dia oito do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a presidência eventual do Senhor Senador Sebastião Archer, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Edmundo Levy.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dix-Huit Rosado, Presidente; Antônio Carlos, Vice-Presidente, Walfredo Gurgel e Josaphat Marinho.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Nos termos do inciso 2, do § 3º do art. 76 do Regimento Interno o Senhor Presidente designa o Senador Lobão da Silveira como relator do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1965 (redação do vencido, para 2º turno regimental), que dispõe sobre os mandatos dos membros dos Diretores dos Partidos Políticos.

Apresentado o parecer é o mesmo aprovado.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## Comissão Especial criada pela aprovação do requerimento nº 285, de 1965.

1ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 8 DE JULHO DE 1965.

(INSTALAÇÃO)

As dezessete horas do dia oito de julho do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Eugênio Barros, Sigefredo Pacheco, José Ermírio, Argemiro de Figueiredo, Heribaldo Vieira e Raul Giuberti, reúne-se a Comissão Especial criada com o Requerimento número 285, de 1965, objetivando o estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação, pelo prazo de 120 dias, para sua sessão instalatória.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Atílio Fontana.

De conformidade com o § 3º do Artigo 81, do Regimento Interno, assume a presidência o Senhor Senador José Ermírio, que declara instalados os trabalhos, anunciando que a fim

de cumprir dispositivos regimentais, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição para Presidente e Vice-Presidente.

Distribuídas as cédulas o Senhor Senador José Ermírio convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Argemiro de Figueiredo.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Sigefredo Pacheco — 7 votos.

Senador Atílio Fontana — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Heribaldo Vieira — 8 votos.

O Senhor Senador José Ermírio, declara eleitos, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco e Heribaldo Vieira.

Assumindo a presidência o Senhor Senador Sigefredo Pacheco, agradece a confiança dos seus pares, prometendo, emvidar esforços para um perfeito e honesto cumprimento do dever, que honrosamente lhe é confiado.

Em seguida, o Senhor Presidente, concorde os demais componentes deste órgão técnico, designa para relator da matéria motivadora da criação do presente órgão técnico, o Senhor Senador José Ermírio.

O Senhor Senador José Ermírio, pede a palavra e, no ensejo, afirma ao agradecer sua indicação para Relator dos trabalhos da Comissão, não poupará esforços no sentido de bem desempenhar-se de tão relevante missão prometendo, na oportunidade, dentro do menor espaço possível, apresentar um roteiro a ser tomado como norma de trabalho pela referida Comissão.

Dando prosseguimento o Senhor Presidente designa para exercer as funções de Secretário da Comissão o Auxiliar Legislativo, símbolo PL-7, José Ney Passos Dantas.

Encerrando, o Senhor Presidente, convoca nova Reunião para o próximo dia 15, quinta-feira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, vai à publicação. — ass.) Senador Sigefredo Pacheco — Senador Heribaldo Vieira — Senador José Ermírio — Senador Argemiro de Figueiredo — Senador Eugênio Barros e Senador Raul Giuberti.



## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)  
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)  
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)  
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)  
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)  
 2º Suplente — Guido Mondim (PSD)  
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)  
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Giomard — Acre           | 12. Antônio Balbino — Bahia         |
| 2. Lobão da Silveira — Pará      | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo  |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão     | 14. Gilberto Marinho — Guanabara    |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão   | 15. Moura Andrade — São Paulo       |
| 5. Victorino Freire — Maranhão   | 16. Atilio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí     | 17. Guido Mondim — R. G. Sul        |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará      | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte   | 19. Filinto Müller — Mato Grosso    |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás          |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba       | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás    |
| 11. José Leite — Sergipe         | 22. Pedro Ludovico — Goiás          |

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- |                                     |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre            | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco  |
| 2. Oscar Passos — Acre              | 11. José Ermirio — Pernambuco       |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas          | 12. Silvestre Péricles — Alagoas    |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas          | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas       | 14. Nelson Maculan — Paraná         |
| 6. Antônio Jucá — Ceará             | 15. Mello Braga — Paraná            |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte    | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais    |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso      |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco     |                                     |

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara        |
| 2. Joaquim Parente — Piauí       | 10. Padre Calazans — São Paulo      |
| 3. José Cândido — Piauí          | 11. Adolpho Franco — Paraná         |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte   | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba       | 13. Antônio Carlos — S. Catarina    |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas        | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul      |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe    | 15. Milton Campos — Minas Gerais    |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo     | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso    |

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

## SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
<b>Sem legenda</b>	<b>60</b>
	<b>60</b>

## BLOCOS PARTIDARIOS

## Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

## LIDERANÇAS

## Líder de Governo:

Daniel Krieger (UDN)

## Vice-Líder:

Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

## Líder:

Lino de Mattos (PTN)

## Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)  
Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

## II PARTIDOS

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

## Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves  
Sigefredo Pacheco  
Walfredo Gurgel  
Victorino Freire

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

## Vice-Líderes:

Bezerra Neto  
Oscar Passos  
Antônio Jucá

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

## Vice-Líderes:

Eurico Rezende  
Adolpho Franco  
Padre Calazans  
Lopes da Costa

## PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

## III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

## AGRICULTURA

## PSD

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atilio Fontana

## PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

## UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

## BPI

1. Aurélio Vianna

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PSD

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

## UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

## BPI

1. Josaphat Marinho

## TITULARES

1. Jefferson de Aguiar
2. Antônio Balbino
3. Wilson Gonçalves
4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Aarão Steinbruch

## DISTRITO FEDERAL

## PSD

## TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

## PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

## ECONOMIA

## PSD

## TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

## PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

## BPI

1. Mizael Couto

1. Aurélio Vianna

## EDUCAÇÃO E CULTURA

## PSD

## TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

## PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

## UDN

1. Padre Calazans
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

## BPI

1. Arnou de Mello

1. Josephat Marinho

## FINANÇAS

## PSD

## TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

## UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

## BPI

1. Mem de Sá

1. Aloyzio de Carvalho

## BPI

1. Lino de Mattos
2. Josephat Marinho

2. Miguel Couto

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PSD

## TITULARES

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

## PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

## PSD

## TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barro

## SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

## PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

## MINAS E ENERGIA

## PSD

## TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

## PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arino

## BPI

1. Josephat Marinho

1. Arnou de Mello

## POLÍCIAS DAS SECAS

## PSD

## TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Buit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

## PROJETOS DO EXECUTIVO

## PSD

## TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

## PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

## UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

## BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

## BPI

1. Mem de Sá

1. Aloyzio de Carvalho

## REDAÇÃO

### PSD

#### TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sobrinho Archer

Dix-Huit Rosado

Antônio Carlos

Josaphat Marinho

#### SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

### PTB

1. Edmundo Levi

### UDN

1. Eurico Rezende

### BPI

1. Dilton Costa

## RELAÇÕES EXTERIORES

### PSD

#### TITULARES

Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Menezes Pimentel  
José Guilomard

#### SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

### PTB

Passos de Queiroz  
Vivaldo Lima  
Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

### UDN

Antônio Carlos  
José Cândido  
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

### BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

## SAUDE

### PSD

#### TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Pedro Ludovico

#### SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

### PTB

Dix-Huit Rosada

1. Antônio Jucá

### UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

### BPI

Miguel Couto

1. Lino de Mattos

## SEGURANÇA NACIONAL

### PSD

#### TITULARES

José Guilomard  
Victorino Freire

#### SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

### PTB

Oscar Passos  
Silvestre Pérciles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

### UDN

Zenarias de Assunção  
Rineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

### BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

### PSD

#### TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Victorino Freire

#### SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

### PTB

Mello Braga  
Silvestre Pérciles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

### UDN

Padre Calazans  
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

### BPI

Aurílio Vianna

1. Miguel Couto

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

### PSD

#### TITULARES

Eugênio Barros  
José Leite

#### SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

### PTB

Mello Braga

1. Bezerra Neto

### UDN

Lopes da Costa

1. Josaphat Marinho

### BPI

Arnon de Mello

1. Rineu Bornhausen

## COMISSÕES ESPECIAIS

### A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 30 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 193-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

#### Membros (7) - Partidos

Gilberto Marinho - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Heriberto Vieira - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Vasconcelos Torres - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.

### B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 26 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1965, 90 dias, em virtude do Requerimento nº 180-64 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (7) - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Arthur Virgílio - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.  
Josaphat Marinho - S. Legenda.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castêjon Branco.

### C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63 do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 1 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - Presidente - PSD.  
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermirio - Relator - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Aurílio Vianna - PSD.  
PL-3, Julieta Ribeiro das Bastas.

### D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 560-63 do Sr. Senador José Ermirio aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano em virtude do Requerimento nº 1.191-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

#### Membros (5) - Partidos

Jose Feliciano - PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermirio (Presidente) - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Aurelio Vianna (Relator) - PSD.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 7ª e 8ª feiras às 14 horas.

### E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 666-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 18 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63 do Sr. Senador Milton Campos aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (9) - Partidos

Jose Feliciano - PSD.  
Atílio Fontana - PSD.  
Eugênio Barros - PSD.  
José Ermirio (Relator) - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Mello Braga - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Milton Campos (Presidente) - UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) - PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 6ª feiras às 16 horas.

### F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63 do Sr. Senador José Ermirio aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.162-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

#### Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - PSD.  
Sigefredo Pacheco - PSD.  
José Ermirio - PTB.  
Rineu Bornhausen - UDN.  
Júlio Leite - PR.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10 Alexandre M. de A. Mello.

### G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63 do Sr. Senador Padre Calazans aprovada na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.138-63 do Sr. Senador Antônio Juca aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jose Feliciano - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Antônio Juca - PTB.  
Padre Calazans - UDN

### H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Leite Neto - PSD.  
Sigotredo Pacheco - PSD.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
João Agripino - UDN.  
Aurelio Viana - PSD.  
Josephat Marinho - Sem legenda.  
Deputados:  
Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.  
Aderbal Jurema - PSD.  
Laerte Vieira - UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).  
Rector Dias - UDN.  
Doutor de Andrade - PTB.  
Arnaldo Carneiro - PSP.  
Juares Fávora - PDC.  
Rivaldo Pinto - MTR.

### I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:  
Bezerra Neto - Presidente.  
Afonso Arinos - Vice-Presidente.  
Jefferson de Aguiar - Relator.  
Leite Neto.  
Nelson Maculan.  
Eurico Rezende.  
Aurelio Viana.  
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

### COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

#### J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 13 de dezembro de 1963.

Lino de Matos - PTB.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63 apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Benedicto Valladares - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Daniel Krieger - UDN.  
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.  
Milton Campos (Vice-Presidente) Heribaldo Vieira - UDN.  
Rui Palmeira - UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.  
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.  
Afonso Celso - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.  
Mem de Sá - PL.  
Josephat Marinho - S.legenda.

#### K) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PRÓPRIO A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DA MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O SUPLENIMENTO E O REAJUSTAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 1 de outubro de 1961.

Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 397-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.  
Guido Mondin (1. de outubro de 1964) - PSD.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Lopes da Costa - UDN.  
Silvestre Pericles (.....) - PTB.  
Vivaldo Lima - PTB.  
Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB.  
Vaga de Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.

#### L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR POSTO DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

- até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.  
Daniel Krieger - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) - UDN.  
Lopes da Costa - UDN.  
Vaga de Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) - Relator - PTB.  
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.  
Amaury Silva (23 de abril de 1963) - PTB.  
Vivaldo Lima - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.

#### M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Filinto Müller - PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.  
Daniel Krieger (Relator) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Rui Palmeira - UDN.  
Amaury Silva - 23 de abril de 1963) - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PN.

#### N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.139-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1960.

Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Lopes da Costa - UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Josephat Marinho (23 de abril de 1963) - S. leg.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.

#### O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVES MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1960.

Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 23 de maio de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Lopes da Costa - UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Miguel Couto - PSP.  
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) - PTN.

#### P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARRERA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÃO INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1964.